



## Trabalhadores da Caixa exigem demissão de Pedro Guimarães após acusações de assédio

**Exoneração do presidente da Caixa é dada como certa por aliados do governo que viram revelação como um “desastre”. Grupo teme, no entanto, que Bolsonaro saia em defesa de Pedro Guimarães**



**Pedro Guimarães chegou a ser cotado como vice de Bolsonaro e costuma acompanhá-lo em viagens e nas tradicionais lives de quinta-feira**

A presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira cobrou, no noite dessa terça-feira (28), o imediato afastamento do presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, acusado de assédio sexual por várias funcionárias do banco público. De acordo com Juvandia, a exoneração do executivo é necessários para impedir interferências nas

investigações e “preservar a integridade das vítimas”.

As denúncias estão sendo investigadas pelo Ministério Público Federal (MPF), sob sigilo, desde o final do ano passado. À época, um grupo de funcionárias que trabalham ou trabalharam em equipes diretamente ligadas ao gabinete da presidência da Caixa decidiu se unir e romper com o silêncio para denunciar Guimarães. O caso veio a público nessa terça em reportagem do portal Metrôpoles. Em fortes depoimentos, as vítimas relataram toques em partes íntimas sem consentimento, por parte do presidente da Caixa, além de falas, abordagens e convites inconvenientes e desrespeitosos.

De acordo com a Contra-CUT, as acusações revelam uma postura “incompatível com a relação entre o presidente do maior banco público do país e suas empregadas”. A entidade também ofereceu proteção institucional às funcionárias e anunciou que exigirá apuração do caso junto à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e ao Congresso Nacional. O

pedido de afastamento de Pedro Guimarães foi reforçado em nota da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae). “A violência contra as mulheres, em qualquer nível, contraria todos os valores e princípios da Caixa, assim como seu histórico na promoção da igualdade e do respeito aos direitos humanos”, afirmou a Fenae.

### **Exoneração é dada como certa**

As denúncias de assédio sexual acertam em cheio o governo de Jair Bolsonaro (PL), segundo relataram os próprios aliados, em reportagem do jornal O Globo. Envolto em denúncias de corrupção que ganharam força após a prisão preventiva do ex-ministro da Educação e pastor Milton Ribeiro, há uma semana, o presidente da República agora tem uma das figuras a quem é mais próximo no centro de um novo escândalo. Pedro Guimarães chegou a ser cotado como vice de Bolsonaro e costuma acompanhá-lo em viagens e nas tradicionais lives de quinta-feira.

A maior preocupação do núcleo político responsável pela campanha de reeleição do presidente, segundo o veículo, é impedir que Bolsonaro perca mais espaço no eleitorado feminino, em que já enfrenta altíssima rejeição. Na última pesquisa Datafolha, o percentual de mulheres que rejeitam a candidatura do mandatário chegou a 61%. Diante da gravidade das denúncias, os aliados pressionaram ainda na noite de ontem pela saída imediata de Pedro Guimarães do cargo. A exoneração já é dada como certa e o executivo deve deixar o posto hoje. O acordo teria sido acertado por Bolsonaro com o próprio Guimarães em conversa nessa terça.

Há, contudo, o temor dos aliados de que o presidente da República faça declarações similares às feitas em defesa de Milton Ribeiro. Os governistas querem evitar esse tipo de apoio após o “desastre” que apontam, causado pelas denúncias de assédio.

### **Temor com substituição**

Os casos de assédio teriam ocorrido durante atividades do programa Caixa Mais Brasil, realizadas em vários locais de todas as regiões do país. O programa acumula, desde 2019, mais de 140 viagens, a maioria aos finais de semana, em que estavam Pedro Guimarães e equipe. Nesses eventos profissionais, todos ficam hospedados no mesmo hotel, onde ocorria, segundo as funcionárias, a importunação.

“Ele parecia um boto, se exibindo. Era uma espécie de dança do acasalamento”, revelou uma servidora da Caixa que escutou de um de seus auxiliares a pergunta “e se o presidente quiser transar com você”. “Ele pede carregador de celular, sal de fruta, remédio”, descreveu ela sobre o hábito de Pedro Guimarães aparecer no quarto delas, nos hotéis, durante as viagens. “Tenho pânico de ter que trabalhar com ele. Tenho medo da pessoa. Agora eu tento literalmente me esconder nas agendas. Agora, quando viajo, coloco cadeira na porta do quarto. Fico com medo de alguém bater”, contou outra funcionária que afirma também ter sido assediada.

Elas também temem que, com a exoneração de Pedro Guimarães, seu braço direito, Celso Leonardo Barbosa, assumo o cargo. Segundo informações do blog da jornalista Andréia Sadi, do G1, ele também causa temor entre as mulheres que trabalham na Caixa. As denunciantes afirmam que desde o primeiro ano do governo Bolsonaro aumentaram os relatos de assédio sexual contra executivos da empresa, inclusive nos canais internos do banco.

**Redação: Clara Assunção – Edição: Helder Lima**

Fonte: Redação RBA

## VOCÊ SABIA? SAIBA COMO CONQUISTAMOS O TÍQUETE ALIMENTAÇÃO

Sem dúvida alguma, o tíquete alimentação que os vigilantes do DF recebem mensalmente, faz uma grande diferença no orçamento familiar. Mas, nem sempre foi assim.

Em 1979, os vigilantes, como já dissemos várias vezes, ganhavam salário mínimo, trabalhavam todos os dias e não recebiam qualquer incentivo para se alimentarem.

Depois de muitas lutas, conseguimos que os patrões oferecessem refeição aos vigilantes. As famosas quentinhas. Acontece que, na época do calor em Brasília, os responsáveis pela entrega das marmitas aos vigilantes em seus postos de serviço, percorriam vários locais e muitas vezes essas quentinhas chegavam azedas para o vigilante que tinha de escolher entre passar fome ou passar mal.

Cada empresa era responsável por distribuir as marmitas aos seus empregados. Uma confusão muito grande, sem falar que algumas quentinhas eram de péssima qualidade, sem grandes valores nutritivos.

Fomos pra cima, com muita luta e conseguimos o tíquete alimentação que, no início era distribuído um bloco com os tíquetes correspondentes aos dias trabalhados e o vigilante podia usar no mercado ou no restaurante.

Depois fomos para outro patamar e os vigilantes receberam um cartão e nele é depositado o valor correspondente ao seu tíquete alimentação para compra em supermercados, além de muita luta para o reajuste do mesmo a cada Campanha Salarial.

Em 2018, na Campanha Salarial, os empresários vieram com uma proposta infame que era 50% do valor do tíquete em dinheiro, no cartão, e os outros 50% em cesta básica, de origem duvidosa e sem dar ao trabalhador o direito de escolher os itens que desejava comprar. Tinha até empresário montando esquema para a distribuição de cestas.

Lógico que não aceitamos, mostramos nossa força com muita luta e mobilização e eles desistiram de tentar atacar esse importante benefício.

Quando o vigilante vê o seu tíquete alimentação depositado no seu cartão, ele deve se lembrar que foram muitas greves, paralisações e mobilizações para termos esta grande conquista, além do sofrimento dos vigilantes mais antigos que eram submetidos a situações degradantes como marmitas azedas e de baixa qualidade, mas a cada chamado do Sindicato vinham correndo lutar por essas melhorias.



**GREVE DE 1979 - QUANDO TODA A NOSSA LUTA COMEÇOU.**



**12 DIAS DE GREVE EM 2018 EM DEFESA DAS CONQUISTAS**

# Sindsegur notifica Mega Fortes por atraso de salário e vale alimentação



Diariamente nossa entidade está na luta para combater os abusos praticados pelas empresas de vigilância no Rio Grande do Norte.

Por isso, na manhã desta terça-feira, 28 de junho, representantes do Sindsegur notificaram a empresa Mega Fortes sobre o atraso de salário e vale alimentação dos vigilantes da empresa que trabalham no posto de serviço da Companhia VOLTALIA em Ponta do Mel.

Vale ressaltar que além do atraso de salário os trabalhadores estão a três meses sem

receber o benefício do vale alimentação.

Receber o salário até o quinto dia útil de cada mês é um direito sagrado, pois significa o merecido pagamento depois um mês inteiro de trabalho duro. A comida na mesa da família de cada vigilante depende desse salário.

A jornada de lutas pelo cumprimento dos nossos direitos está sendo reforçada a cada dia através das notificações, atos políticos e ações jurídicas.

FONTE: sindsegur

# TST mantém indenização a bancário vítima de sequestro. Caixa considerou o valor ‘exorbitante’

**Sentença foi de R\$ 100 mil. Em 2021, banco teve lucro de R\$ 17 bilhões**



Trabalhador no Pará foi feito refém junto com a família, mas ainda assim o banco considera ‘exagerado’ o valor fixado pelo Judiciário

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), por meio de sua Oitava Turma, manteve a condenação da Caixa Econômica Federal de indenização de R\$ 100 mil a um bancário do município de Novo Repartimento (PA). O trabalhador e sua família ficaram reféns de criminosos que pretendiam assaltar a agência onde ele trabalhava. A Caixa recorreu por considerar “exorbitante”, segundo o TST. Apenas no ano passado, o banco teve lucro líquido de R\$ 17,3 bilhões, crescimento de 31,1% na comparação com 2020. Ou 173 mil vezes o valor fixado para a indenização.

O caso aconteceu em agosto de 2019, quando os bandidos entraram na residência do empregado em busca de informações sobre a agência, para onde ele foi levado em seguida. “Na ação trabalhista, ele disse que a Caixa havia negado seu pedido de transferência e de ajuda psicológica, que, segundo ele, eram asseguradas por normativo interno”, relata o TST.

## “Razoabilidade”

Na primeira instância (11ª Vara do Trabalho de Belém), a Caixa foi condenada ao pagamento de R\$ 50 mil. Depois, na segunda (Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, que abrange Pará e Amapá), o valor subiu para R\$ 100 mil. O banco, além de considerar o valor elevado, afirmou que a Justiça não observou o princípio da “razoabilidade” e a proporção em relação ao dano sofrido pelo empregado.

No colegiado do TST, a relatora, ministra Delaíde Miranda Arantes, considerou que o valor levou em conta a gravidade do caso e a responsabilidade da Caixa. Para ela, o banco “deixou de tomar providências a fim de reduzir os danos e amparar a família do trabalhador”. A decisão foi unânime.

FONTE: Redação RBA

# Sindicato pode pedir execução de ação coletiva em nome de apenas um trabalhador

**A ampla legitimidade dos sindicatos tem previsão na Constituição Federal.**



Ministro Augusto César

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho assegurou ao Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Correios Telégrafos e Similares de Santa Catarina o direito de propor ação de execução de sentença proferida em ação coletiva em nome de apenas um empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). De acordo com o colegiado, os sindicatos têm ampla legitimidade para atuar na defesa dos interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam.

## **Execução individual**

O ação de execução foi ajuizada na 2ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul, com o sindicato na condição de substituto processual, visando ao pagamento de diferenças salariais devidas a seu associado, reconhecidas em ação coletiva de iniciativa da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), em tramitação no Tribunal Regional do Trabalho da 10 Região (DF/TO).

## **Interesses pessoais**

O juízo de primeira instância e o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) entenderam que a legitimidade do sindicato diz respeito à defesa dos direitos e dos interesses individuais homogêneos, decorrentes da mesma lesão (ou ameaça) a um direito ou

interesse geral, “não abrangendo os interesses meramente pessoais de cada integrante da categoria”. Para o TRT, a prerrogativa da execução provisória e individual da sentença deve ser exercida, exclusivamente, pelo titular do direito reconhecido judicialmente.

## **Garantia constitucional**

No recurso ao TST, o sindicato observou que a finalidade da ação de execução provisória era a homologação dos cálculos para que, após a decisão definitiva na ação proposta pela Fentect, o valor seja atualizado e expedida a respectiva requisição de pequeno valor. Alegou, ainda, que sua legitimidade é garantida no artigo 8º, inciso III, da Constituição Federal.

## **Legitimidade ampla**

O relator, ministro Augusto César, explicou que, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 883642, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a ampla legitimidade dos sindicatos para defender, em juízo, os direitos e os interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam, inclusive nas liquidações e execuções de sentença, independentemente de autorização dos substituídos.

Seguindo essa interpretação, o TST entende que o artigo 8º, inciso III, da Constituição Federal autoriza, direta e expressamente, essa atuação ampla, inclusive em favor de apenas um substituído.

A decisão foi unânime, e o processo retornará ao Tribunal Regional para prosseguir o julgamento. (LF/CF) Processo: RR-808-52.2018.5.12.0054

FONTE: TST

# STJ vai definir se é preciso comprovar dano causado por fila de banco

**A 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça vai julgar um recurso que discutirá se a lentidão excessiva para atendimento bancário presencial gera dano moral presumido — modalidade em que o consumidor não precisa comprovar ocorrência efetiva do prejuízo**



Recurso especial é do Banco do Brasil contra decisão do TJ-GO  
Bruno Spada

O recurso especial (1.962.275) é do Banco do Brasil contra decisão do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO). Para o TJ-GO, a demora de atendimento bancário em prazo superior aos definidos em legislação específica gera dano moral indenizável.

Apesar de considerar que o dano é presumido, no entanto, o tribunal estadual entende não ser dispensável a produção de prova em contrário.

Ao STJ, o banco alega que não houve efetiva repetição de processos sobre a controvérsia jurídica para que o tema fosse elevado à Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e que não existe a prova do dano alegado no caso concreto.

O julgamento ocorrerá conforme o rito da Lei dos Recursos Repetitivos — ou seja, a decisão que for adotada vai orientar outros processos

que aguardam solução em instâncias inferiores. O ministro Ricardo Villas Bôas Cueva é o relator do processo.

Segundo o magistrado, a afetação ao rito “se justifica “porque existe número expressivo de processos com fundamento em idêntica questão de direito”, o que evidencia o caráter multitudinário da controvérsia.

O ministro também destacou que há diversos precedentes do STJ segundo os quais a mera violação de leis que estabelecem o tempo máximo de espera em fila de banco não é suficiente para ensejar o direito à indenização, se não for comprovada a ofensa aos direitos de personalidade. Com informações da assessoria de imprensa do Superior Tribunal de Justiça.

FONTE: Revista Consultor Jurídico

# Com a corda no pescoço, trabalhadores usam saques extras do FGTS para pagar dívidas

**Dinheiro da antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS também está sendo usado para pagar contas e não para aquecer o consumo, como queria o governo federal com as duas medidas**



MARCELLO CASAL JR / AGÊNCIA BRASIL

Com a inflação atingindo dois dígitos desde setembro do ano passado e os salários archoados, ao invés de fazer compras e ajudar a aquecer a economia, como o governo queria, as famílias brasileiras estão usando o dinheiro dos saques extras do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a antecipação do 13º salário dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para pagar contas atrasadas.

O que induz o crescimento econômico, gera emprego e renda e melhora o consumo, são obras de infraestrutura e moradia e não ataques aos recursos do FGTS, diz Clovis Scherer, que assessora a CUT Nacional no Conselho Curador do Fundo, preocupado com a descapitalização do Fundo de Garantia.

Duas pesquisas recentes confirmam o enorme endividamento e que a prioridade é o pagamento das dívidas. O Datafolha diz que 63% dos entrevistados afirmam não ganhar o necessário para manter a família e ter

problemas financeiros em casa. Desse total, 37%, declaram que o dinheiro da família hoje não é suficiente, e que às vezes até falta. Outros 26% afirmam que ganham muito pouco.

Já a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas mostra que 66,9% dos entrevistados vão pagar dívidas ou poupar o dinheiro da parcela extra do FGTS ou do 13º antecipado a aposentados e pensionistas do INSS. Menos de 25% dos entrevistados afirmaram que irão consumir bens e serviços com os recursos.

Esse alto nível de contas atrasadas, é um dos motivos que tem levado milhões de trabalhadores a buscar nos saques-aniversário do FGTS, uma forma de diminuir a inadimplência sem pensar que quando mais precisarem desse dinheiro, quando forem demitidos, nada terão a receber.

O uso do saque extra do FGTS para pagar dívidas não surpreende Clovis Scherer. Segundo ele, o saque-aniversário está sendo utilizado por 24 milhões de trabalhadores, sendo que metade deles (12 milhões) usam a modalidade diretamente como garantia de empréstimos bancários.

Cerca de 44 milhões de trabalhadores têm contas ativas no FGTS, de um total de 100 milhões de contas individuais. Ou seja, mais da metade dos trabalhadores que contribuem com o Fundo utilizam o saque-aniversário como forma de obter uma renda extra.

“A previsão é de que R\$ 26 bilhões saiam das contas do Fundo de Garantia nos próximos 12 meses, nessa modalidade. Portanto, se 12 milhões de trabalhadores comprometeram o

saque- aniversário com alienação fiduciária que permite o pagamento de empréstimos, calcula-se que de R\$ 12 bilhões a R\$ 13 bilhões irão diretamente para os bancos”, diz Scherer.

Outra modalidade que passou a ser adotada este ano pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) é o saque-extraordinário de mil reais, o que, segundo o governo vai ajudar a estimular a economia, o que até agora não ocorreu.

A tese do governo para a liberação do FGTS, conta Scherer, é a de que quando você paga a sua dívida, tem seu nome limpo, mais propenso você está a consumir novamente, mas é uma tese muito difícil de ser comprovada, até por que num momento de crise com alto desemprego como o atual, quem conseguiu sair do endividamento não irá se arriscar a fazer novas dívidas, a não ser aquelas essenciais. Ou seja, muito difícil de consumir nada além do necessário.

Para o economista, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço tem outras formas melhores de estimular a economia, como o uso para a construção de casa própria, obras de infraestrutura e saneamento, capazes de gerar empregos e renda.

Mas, o governo federal cortou 98% da verba de moradia para quem ganha de 1 a 2 salários mínimos, paralisando em 2021 a construção de 250 mil casas populares. O Casa Verde e Amarela respondia por 50% dos empregos gerados na construção civil e de madeira no final do segundo semestre de 2020 e já diminuiu para algo em torno de 35% a 30%, em abril do ano passado.

Segundo Scherer, o que induz o crescimento são obras de infraestrutura e moradia, mas o teto de gastos públicos, que congelou até 2036 os investimentos governamentais, impede a retomada do crescimento.

“Se a economia não vai bem e as famílias estão inadimplentes os bancos ficam receosos de fazer novos empréstimos tanto pessoais como para empresas. As instituições financeiras encarecem os empréstimos e quem está endividado não consegue sair da inadimplência. Desta forma, a economia não cresce”, analisa o Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

economista, ao criticar a liberação dos saques do FGTS como forma de induzir a retomada econômica.

De acordo com ele, já era esperado que essas modalidades de saques do FGTS seriam dirigidas à redução de dívidas, inviabilizando a teoria do governo de que estimularia a economia.

### **Liberar parcelas extras do FGTS não tem impacto na geração de empregos e no aumento do consumo. Não gera nada- Clóvis Scherer**

Isso só aconteceria se o dinheiro pago aos bancos revertesse em novos empréstimos com taxas de juros acessíveis, acrescenta.

“O que a gente sabe na literatura econômica é quando você aumenta a demanda pelo gasto público, você gera mais crescimento. Tanto que para minimizar os efeitos da pandemia foram abertos créditos extraordinários pelo Congresso Nacional para que o auxílio emergencial pudesse ser pago, e não colocasse em risco o teto de gastos. Agora, com menos gente tendo acesso ao auxílio, a fome voltou e o desemprego não cai”, afirma.

Outra preocupação de Scherer em relação ao Fundo é que desde 2016 ele tem se descapitalizado, não de uma forma abrupta, mas que acende uma luz amarela.

“Em 2020, em termos de arrecadação líquida, o FGTS ficou negativo em quase R\$ 2 bilhões. No ano passado houve um pequeno fôlego e o saldo foi positivo de R\$ 17 bilhões. Como a expectativa é a que o saque extraordinário seja responsável por retiradas de R\$ 30 bilhões, o saldo do Fundo pode ficar menor novamente. Como o FGTS é um importante indutor da economia ao investir em obras, essas constantes retiradas não trarão os benefícios que o governo diz”, avalia Clóvis Scherer.

**FONTE: CUT - Rosely Rocha | Editado por:**

**Marize Muniz**

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF